

## CONFLITO

# Sul do Pará reage contra o Ibama

Renata Ferreira  
de Belém

Os fiscais do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que atuam na Operação Xingu, nos municípios do sul do Pará, afirmam que não ficarão intimidados diante do pedido dos vereadores e empresários de São Félix do Xingu e Tucumã para que o Ministério Público Federal faça uma intervenção imediata nas ações do órgão, na região. Os políticos acusam o Ibama de "ilegalidades" e "violência" na forma de agir contra o desmatamento e extração e venda ilegal de mogno. Alegam que os fiscais invadem propriedades, atiram em tratores e apreendem bens de madeireiros, fazendeiros e produtores rurais, como motoserras e arame. "A Câmara Municipal entrou com esse pedido, porque o pessoal do Ibama chega aqui sem pedir autorização a ninguém e vai cometendo arbitrariedades. Tentamos marcar uma reunião com o responsável pela operação, mas ele não compareceu. Além disso, os fiscais não fazem um trabalho de orientação junto aos pequenos produtores rurais", afirma Gonçalo Araújo, presidente da Câmara Municipal de São Félix do Xingu.

### "Riscos de emboscada"

Norberto Sousa, coordenador de fiscalização do Ibama no sul do Pará, diz que já foi a duas reuniões no ano passado e a mais uma este ano. Ele diz porque não compareceu à última delas: "Recebemos informações de que os vereadores estavam insuflando o povo contra nós, por isso me recusei a participar dessa reunião. Fomos informa-

dos pelos agentes da Polícia Federal, que também fazem parte da Operação Xingu, de que havia riscos de emboscadas contra o pessoal da fiscalização".

Norberto Souza diz que o órgão não será intimidado: "A operação vai continuar. O clima agora está mais calmo. Além disso, as acusações são levianas. Pela lei, o Ibama pode apreender equipamentos, quando estes são usados de forma irregular". Na semana passada, houve uma passeata pelas ruas do município, da qual participaram madeireiros, produtores rurais e políticos, contra o Ibama.

### Em Brasília

O pedido ao Ministério Público Federal partiu da Câmara dos Vereadores de São Félix do Xingu. Foi enviado ao procurador federal Luiz Francisco de Souza, em Brasília. "Não sabemos porque eles não se dirigiram aos procuradores federais do Pará. Mas acreditamos que o procurador de Brasília vai enviar o processo para Belém. Estamos aguardando, até porque não fomos informados de nada oficialmente. Temos interesse que tudo seja esclarecido o mais rápido possível", diz Sousa.

Segundo o coordenador de fiscalização, a operação já detectou uma área desmatada e queimada de cerca de 30 mil hectares, que pertence ao Estado. Os fiscais também receberam denúncias de trabalho escravo (pessoas que trabalham em condições sub-humanas, são proibidas de sair do local e não têm carteira de trabalho assi-

nada) que foram repassadas para a Delegacia Regional do Trabalho (DRT). "O pior problema são os maus empresários, como os fazendeiros das regiões Sul e Sudeste do País, que têm propriedades na região, mas não aparecem lá. Isso dificulta o nosso trabalho, porque não podemos autuar os empregados que são proibidos de dar informações. Mas há também os bons madeireiros e fazendeiros que trabalham de acordo com a lei. O negócio é separar o joio do trigo", afirma Sousa.

Representantes  
do organismo  
definem  
movimento  
regional como  
"intimidação"

### "Falta apoio"

Rogério Borges, secretário de Turismo e Meio Ambiente de São Félix do Xingu, diz que é preciso ver a situação também pelo ângulo dos pequenos produtores que vivem em condi-

ções financeiras difíceis e não recebem orientação sobre os documentos exigidos para fazer o licenciamento de autorização de queimadas.

### Licença só em Marabá

Rogério Borges relata: "A agricultura é o meio de sobrevivência das pessoas daqui. Os fiscais não fazem acompanhamento, tampouco orientam os produtores. O posto do Ibama mais próximo, onde eles têm que tirar a licença para as queimadas, fica em Marabá, a cerca de 600 quilômetros daqui. As estradas são muito ruins. Deveria ter um posto aqui e menos burocracia. É preciso fazer também a demarcação e titulação de grande quantidade de terrenos".